

EDIFÍCIO SANTANA, O PRIMEIRO ARRANHA-CÉU DE CAMPINAS | Silvia Amaral Palazzi Zakia

Doutoranda | Universidade de São Paulo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Cidade Universitária | R. do Lago, 876, 05508-080, São Paulo, SP, Brasil
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
E-mail: zakia@uol.com.br

EDIFÍCIO SANTANA, O PRIMEIRO ARRANHA-CÉU DE CAMPINAS¹

INTRODUÇÃO

O edifício Santana, construído em Campinas em 1936, iniciou o processo de verticalização da cidade. Situado em uma das principais ruas de comércio da cidade, na esquina da Rua Barão de Jaguara com a rua César Bierrenbach, a construção de apenas seis pavimentos foi à época laureada publicamente com o título de primeiro arranha-céu de Campinas, expressão cunhada até nos documentos oficiais² da prefeitura municipal. Tratando-se da primeira construção da cidade a romper o padrão de três pavimentos, sua imagem foi associada aos prodígios tecnológicos verticalizados das grandes metrópoles. Seu programa funcional dedicado exclusivamente a uso comercial era mais um aspecto da instituição da modernidade na cidade. O Santana rapidamente tornou-se um valioso ícone no processo de construção imagética da cidade moderna (Figura 1).

ARRANHA-CÉUS: ÍCONES MODERNOS

Sabe-se que o termo arranha-céu, tradução de *skycraper*, difundiu-se a partir da Escola de Chicago, no final do século XIX e princípios do XX, como sinônimo de edificação de grande porte de altura. A construção desses edifícios de grande número de pavimentos foi possibilitada pelos avanços tecnológicos que liberavam as alvenarias da estrutura através das ossaturas de concreto armado ou de ferro pré-fabricado, e pela disseminação do uso do elevador, inventado em 1852 por Elisha Otis e aperfeiçoado em 1880 por W. Von Siemens. Durante a



FIGURA 1 – Prédio Sant'Anna, projeto e construção do escritório técnico do engenheiro Lix da Cunha, Projeto nº 182, 1936.
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Campinas.

década de 1920, essa nova tipologia arquitetônica, difundida sobretudo pela Escola de Chicago, caracterizava simbolicamente o progresso industrial das grandes cidades. O arranha-céu tornou-se símbolo por excelência da modernidade. A pujança econômica e os avanços tecnológicos da indústria da construção civil identificavam-se com a nova tipologia da arquitetura verticalizada, produzida pela latente potência mundial dos Estados Unidos da América.

Em 1931, foi inaugurado o emblemático *Empire State Building*, em Nova York, com 102 andares e 381 metros de altura. Ironicamente, no auge da depressão de 1929, o *Empire State* representava o ápice da modernidade progressista norte-americana. Por mais de quarenta anos ostentou o título de maior edifício do mundo. Sua arquitetura serviu de inspiração para edificações em diversas localidades, inclusive para o projeto do edifício Altino Arantes em São Paulo, construído entre as décadas de 30 e 40.

OS PRIMEIROS ARRANHA-CÉUS DO BRASIL: EDIFÍCIO MARTINELLI E EDIFÍCIO A NOITE

Os primeiros sinais da tipologia do arranha-céu no Brasil ocorrem no final da década de 1920: quase simultaneamente dois edifícios de mais de cem metros de altura foram construídos nas principais cidades do país: Rio de Janeiro e São Paulo. Nesta última, o imigrante italiano Giuseppe Martinelli assumiu a grande empresa de construir o mais alto prédio da capital paulista, preliminarmente com quatorze andares passíveis de um aumento de mais quatro, com projeto iniciado em 1924 e concluído em 1929; o prédio com seus 105,65 metros de altura simbolizava a ascensão do imigrante pobre.

Com uma linguagem estética eclética, o edifício tornava-se um cartão postal da cidade, ostentado o título de prédio mais alto do mundo construído em concreto armado. No seu programa de uso multifuncional, estava incluída a existência de apartamentos residenciais (247), cinema, restaurantes, salões de chá, cassinos, *night clubs*, barbearias, escritórios (960), um hotel e lojas no térreo. O edifício era servido por telefones automáticos e doze elevadores importados da Suíça³.

Enquanto São Paulo exibia seu cartão de visitas, os cariocas se orgulhavam do prédio A Noite, projeto dos engenheiros Joseph Gire e Elisiário da Cunha Bahiana. A Noite também foi construído com a técnica do concreto armado, pela firma Gusmão, Dourado & Baldassini Ltda., entre 1928 e 1929. Uma massa vertical de 22 pavimentos com 102,80 metros de altura em estilo *art déco* era o primeiro arranha-céu da capital do país. Ignorando o Martinelli, uma publicação carioca de 1929 reivindicava para o prédio A Noite o título de maior edifício em concreto armado do mundo. Disputas em torno dessa questão parecem ser relevantes quando se tratava da imagem progressista que grandes cidades almejavam transparecer, de modo que a construção de prédios altos interessava também ao poder público, como pode ser constatado no caso paulista.

A questão dos arranha-céus despertava o interesse público nesse primeiro quartel do século XX, chegando inclusive a ser tema de matéria⁴ publicada em três edições dominicais do jornal carioca *O País*, em julho de 1928, quando quatro escritórios proeminentes de engenharia da capital foram indagados a respeito do assunto. Seis perguntas⁵ sobre o tema dos arranha-céus foram formuladas aos seguintes profissionais: Lúcio Costa⁶, Cortez & Bruhns⁷ e Joseph Gire⁸, Preston e Curtis, Cypriano de Lemos⁹ e Archimedes Memória¹⁰.

Campinas, em 1936, desejando equiparar-se às grandes cidades progressistas, festejava a construção de seu modesto arranha-céu de concreto armado. Embora a denominação de arranha-céu possa parecer inapropriada para uma edificação de somente seis pavimentos, um olhar mais acurado desvenda o contexto no qual o Edifício Santana inaugurou o processo de modernização do espaço urbano, que já vinha sendo delineado através da implantação do plano de urbanismo de Prestes Maia, e de consolidação de uma nova imagem de cidade, desvinculada da tradição agrária: uma cidade que se industrializava.

Uma das ferramentas técnicas necessárias para implantação do plano foi a elaboração, em 1934, de um código de obras para Campinas, a cargo de uma comissão formada por quatro engenheiros: Perseu Leite de Barros, único representante do poder público, Carlos W. Stevenson, Hoche Néger Segurado e Lix da Cunha. Os dois últimos seriam pelos anos seguintes os responsáveis pelos escritórios¹¹ de engenharia mais operosos da cidade, sendo o segundo o responsável pelo projeto e construção do edifício Santana. Lix mantinha também em São Paulo um escritório de engenharia, ambos em sociedade com o engenheiro mecânico Antonio Gouvêa. É importante salientar que o pavimento térreo e a sobreloja do Edifício Santana haviam sido projetados inicialmente pelo colega Hoche Néger Segurado e que posteriormente foi alterado pelo engenheiro Lix da Cunha.

Lix da Cunha e Hoche Néger Segurado partilharam um caminho profissional similar; o primeiro, formado em 1918, cursou o *Rose Polytechnic Institute*, Terre Haute, Indiana, nos Estados Unidos da América, e o segundo, formado em 1919, estudou na Escola Politécnica de São Paulo. Em 1922, ambos os engenheiros foram trabalhar na capital, Rio de Janeiro, instalados na mesma pensão com suas respectivas esposas. Lix da Cunha trabalhava no departamento de engenharia da empresa *Standard Oil Company* e Segurado para a construtora Mon-

teiro & Aranha, empresa que também atuava em São Paulo. Os recém-formados engenheiros puderam vivenciar um mundo mais cosmopolita, diverso da provinciana Campinas para qual retornariam e onde prosseguiriam suas carreiras bem sucedidas, implantando, com saber acadêmico e técnico diferenciado e já alguma experiência profissional, escritórios de engenharia que seriam os responsáveis pela modernização do padrão arquitetônico da cidade.

A partir da entrada em vigor do Código de Construções, as novas edificações erigidas na cidade passaram a obedecer aos novos padrões impostos pelo código, que sinalizava para a verticalização acanhada da área central de Campinas. Nas ruas centrais estipuladas pelo Código, todos os prédios novos ou sujeitos a reformas deveriam conter no mínimo dois pavimentos: *Artigo 343 — Nenhum prédio poderá ser construído, reconstruído ou reformado, sem ter, no mínimo, dois pavimentos, nas ruas e praças abaixo especificadas* (Campinas, 1935a, p.106).

Induzindo a uma verticalização modesta na zona central da cidade, o artigo 223 estabelecia o limite de altura para os prédios no alinhamento em proporção à largura das ruas (Quadro 1).

QUADRO 1. RELAÇÃO DE PROPORÇÃO ENTRE LARGURA DAS VIAS E ALTURA DAS EDIFICAÇÕES.

LARGURA DA RUA (m)	ALTURA DO PRÉDIO (m)	
9m	2 vezes a largura da rua	18m
Entre 9m e 12m	2,5 vezes a largura da rua	22,5m a 30m
Acima de 12m	3 vezes a largura da rua	36m

Fonte: Dados obtidos do artigo 223º do Código de Construções de 1935.

Fonte: Campinas (1935a, p.75).

Para as demais zonas, ficou estabelecido o limite máximo de altura de uma vez e meia a largura da rua.

As regras para definição de altura das edificações de Campinas eram as mesmas que as estabelecidas em São Paulo pelo Código Arthur Sanoya, de 1929, como se pode observar:

Art. 118 — Nos edifícios construídos no alinhamento das vias públicas da zona Central, a altura será:

- a) no mínimo, de cinco metros;
- b) no máximo, de duas vezes a largura da rua, quando esta for de menos de nove metros;
- c) de duas vezes e meia, quando a largura da rua for de nove a doze metros;
- d) de três vezes, quando a largura da rua for de mais de doze metros.

Art. 119 — Fora dessa zona, a altura dos edifícios construídos no alinhamento da via pública será, no mínimo, de três metros, sob condição de não servirem para habitação.

Art. 120 — Fora dessa zona a altura dos edifícios construídos no alinhamento das vias públicas será, no máximo, de uma vez e meia a largura da rua (São Paulo, 1930, p.48).

Ambos os códigos apontavam uma solução que liberava a verticalização da zona central, ainda que de forma moderada. O Código de Saboya coordenava as leis que o precederam, a Lei nº 2.332, de 1920, e a Lei nº 2.611, de 1923. A primeira estabelecia um padrão municipal para as construções particulares, inclusive estipulando as alturas máximas para edificações segundo uma relação com a largura das vias públicas. Já a segunda determinava regras de arruamento, classificação de vias e definição de sua largura, além de uma tentativa de zoneamento, baseada no Building Code de Nova York. (Somekh, 1997, p.77)

Empregando como modelo o Código de Saboya, os engenheiros de Campinas estabeleceram um padrão municipal de construção que permitia, além da viabilização da implementação do plano de urbanismo, o início do processo de verticalização comedida da região central da cidade. A construção do edifício Santana inaugurou a trajetória de modernização da paisagem urbana campineira.

Campinas estava sendo redesenhada a partir das demandas de uma nova estrutura econômica, da participação de novos atores políticos no jogo do poder e de mudanças sociais que estabeleciam novos padrões de convívio e fruição do espaço urbano. Os planos de urbanismo e as figuras míticas dos arranha-céus são, por excelência, a expressão da modernidade de uma cidade industrial em que Campinas havia se transformado.

Nesse sentido, é possível compreender por que um edifício de apenas seis andares seria considerado um arranha-céu, louvado pela população e pelo poder público. Sua existência na paisagem campineira veio consolidar uma imagem de modernidade, sintonizada inclusive com o ideário estabelecido na esfera federal pelo governo de Vargas, que, repleto de jargões, exaltava o Brasil, país do futuro: moderno, progressista e industrializado.

O edifício Santana tornou-se um cartão postal da cidade, figurando nas propagandas comerciais ou institucionais. O filme realizado pela Prefeitura, em 1936, para comemorar o centenário de Carlos Gomes é revelador: na busca por uma visão panorâmica da cidade, a câmera se detém por longo período à frente do Santana (onze segundos) e de outros poucos edifícios também modernos, como, por exemplo, a casa projetada por Mário Penteado em 1934. (oito segundos)

Portar como endereço comercial o Santana atribuía ao profissional ou ao negócio um *status* de vanguarda e modernidade. A loja de Chapéus Cury, uma das mais prestigiosas indústrias do estado de São Paulo, ocupava o térreo do edifício. No jornal *Correio Popular* de 4 de agosto de 1936, um anúncio da chapelaria Cury demonstra o quão oportuna era essa associação. Abaixo desse mesmo anúncio, um dentista participava seu consultório no mesmo prestigiado endereço (Figuras 2 e 3).

A publicidade, ferramenta fundamental da modernidade, é amplamente empregada na sedução e convencimento das massas não só para venda de mercadorias como também de ideias e conceitos. Interessante observar como esse recurso foi bastante aplicado no processo de modernização urbana de Campinas: de um lado, a associação de imagens de certos objetos, como automóveis, aviões, transatlânticos e arranha-céus com



FIGURA 2 – Propagandas vinculadas à imagem moderna no prédio Santana.
Fonte: Será... (1936).



FIGURA 3 – Propaganda comercial publicada no jornal Correio Popular, com imagem do edifício Santana à direita.
Fonte: Campinas... (1939a).

o conceito de moderno; de outro lado, uma estratégia de persuasão pública para conquistar a adesão da sociedade na realização do projeto urbanístico.

Os dois engenheiros, Prestes Maia e Anhaia Melo, envolvidos na elaboração do plano de urbanismo insistiram nessa prática, emprestando inclusive expressões específicas do *marketing* empresarial como, por exemplo, fazia Anhaia Melo em suas dissertações a respeito de urbanismo¹².

Selling city planning — é o título de uma contribuição de Carl Hunt ao Congresso de Urbanismo da Flórida, de 1926. E a propaganda para a venda ao grande público dessa mercadoria de escol que é o urbanismo, necessidade premente e inadiável da vida moderna, é feita por todos os meios, pela imprensa, pela tribuna, revistas, cartazes, folhetos, sermões, exposições, cinema, radio, e pelo contacto pessoal principalmente, como estou fazendo aqui (Mello, 1929, p.18).

A adesão e engajamento da sociedade com a implantação do plano parecem ser condicionantes de sucesso para a realização da grande empreitada que se pretendia efetivar. Não só foi divulgado um discurso de convencimento como também fora montada toda uma estrutura para veiculação do mesmo, através da criação de comissões cívicas e da fundação de entidades, grêmios e associações profissionais igualmente envolvidas no projeto de modernização espacial da cidade.

A estratégia de convencimento para legitimação do grande projeto modernizador valia-se da publicidade em torno do emprego da própria palavra moderno, da associação do conceito de modernidade a certas imagens, objetos ou atividades e também da linguagem estética da arquitetura *art déco*. O importante é ser moderno e a própria palavra moderno, comenta Sevcenko (1992, p.227).

Adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário. Assim como os talismãs são objetos-fetiches, assim também a palavra moderno se torna algo como uma palavra-fetichê que, quando agregada a um objeto, o introduz num universo de evocações e reverberações prodigiosas, muito para além e para acima do cotidiano de homens e mulheres [...]. Não há limite para o seu uso e, embora na sua raiz ela comporte um mero registro temporal, na semântica publicitária ela capitaliza as melhores energias da imaginação e se traduz, por si só, no mais sólido predicado ético em meio à vasta expectativa **por uma vida melhor** (grifo do autor).

A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO SANTANA

O terreno onde foi construído o edifício Santana já havia sido objeto de estudos anteriores, realizados pelo engenheiro Segurado para os proprietários do lote à época, a família de Elmira de Souza Queiroz.

O primeiro projeto (nº42), desenvolvido em setembro de 1929, pretendia ser o Palacete Souza Queiroz, construção comercial em estilo eclético, com dois pavimentos ocupando 1.566m². O projeto previa a construção de 7 lojas no térreo e 17 salas comerciais em cada um dos dois pavimentos superiores, o que não foi levado a cabo.

O mesmo engenheiro desenvolveu um segundo projeto (nº46), do qual só foi encontrada uma perspectiva que apresenta um edifício comercial de quatro pavimentos, já empregando a linguagem estética do *art déco*. Presume-se que tenham sido construídos somente o térreo e a sobreloja (Figura 4).



FIGURA 4 – Perspectiva do projeto do Prédio Sant'Anna, de autoria de Segurado.

Fonte: Acervo particular do escritório H. N. Segurado.

Em 01/08/1935, o protocolo nº 4.617 (Campinas, 1935b), assinado pela firma Gouvêa & Cunha, pedia a demolição da construção existente naquele lote, agora nas mãos de novo proprietário, Severiano do Amaral Campos:

Os abaixo assignados, engenheiros architectos, vem requerer a V. Excia mandar a Directoria de Obras e Viacção expedir o alvará para a demolição do prédio sito à rua Barão de Jaguará, 1132 e 1338, de propriedade do snr. Severiano do Amaral Campos.

As plantas desenvolvidas no projeto de Lix da Cunha apresentam uma variação estética na parte térrea voltada para a rua César Bierrenbach, o que indica ser esta porção da edificação remanescente do projeto de Segurado.

O projeto de Gouvêa & Cunha foi concluído em 14 de agosto de 1935, cinco dias depois que um novo protocolo fora encaminhado à Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura, requerendo sua aprovação. O alvará de construção foi expedido em 12 de setembro de 1935, tendo o *habite-se* sido concedido em 7 de julho de 1936.

A edificação apresentava uma solução vertical para um programa exclusivamente comercial: no térreo estavam dispostas sete lojas; na sobreloja, dezoito salas comerciais; e nos cinco pavimentos superiores, seis salas por andar. O acesso aos andares superiores era possibilitado pelo uso de um elevador de marca Atlas¹³. O pavimento térreo e a sobreloja ocupavam praticamente todo o lote, o que se traduz em uma área três vezes maior que a ocupada pela laje do pavimento-tipo. O edifício estava localizado na confluência da principal rua de comércio campineiro, Barão de Jaguará, com a rua César Bierrenbach. O pavimento da sobreloja era dividido em dezoito lojas e dois banheiros, enquanto os pavimentos-tipo contavam com seis salas comerciais e dois banheiros, sendo acessíveis por elevador e escada. Na cobertura encontrava-se a caixa d'água. A entrada despretensiosa do edifício se fazia pela na rua Barão de Jaguará, por meio de uma porta dupla de madeira com vidros bisotados, que dava acesso ao simples e funcional *hall* do elevador. As paredes externas do andar térreo foram revestidas de granito polido até a altura de 1,5m, como maneira de conciliar praticidade e enobrecimento da fachada. Se o primeiro aspecto atendia a um receituário pragmático e moderno, o segundo ainda estava vinculado a uma postura projetual mais conservadora. Todavia, em relação ao conjunto total da obra parecem ter prevalecido as escolhas funcionais, técnicas e econômicas, sem excessos no acabamento, e a opção por uma estética asséptica.

Com uma linguagem estética desprovida de ornamentações e empregando materiais de acabamento sem sofisticação mas de qualidade, a edificação se sobressaía na paisagem, pelo porte e pelo interessante jogo volumétrico proporcionado pela alternância de saliências e reentrâncias produzidas pelas sacadas. Apesar do emprego do inovador sistema construtivo do concreto armado, a distribuição dos espaços internos vinculava as paredes divisórias e de vedação à localização dos pilares e vigas. A cobertura também mantinha a solução tradicional de telhas de barro e estrutura de madeira (Figura 5).

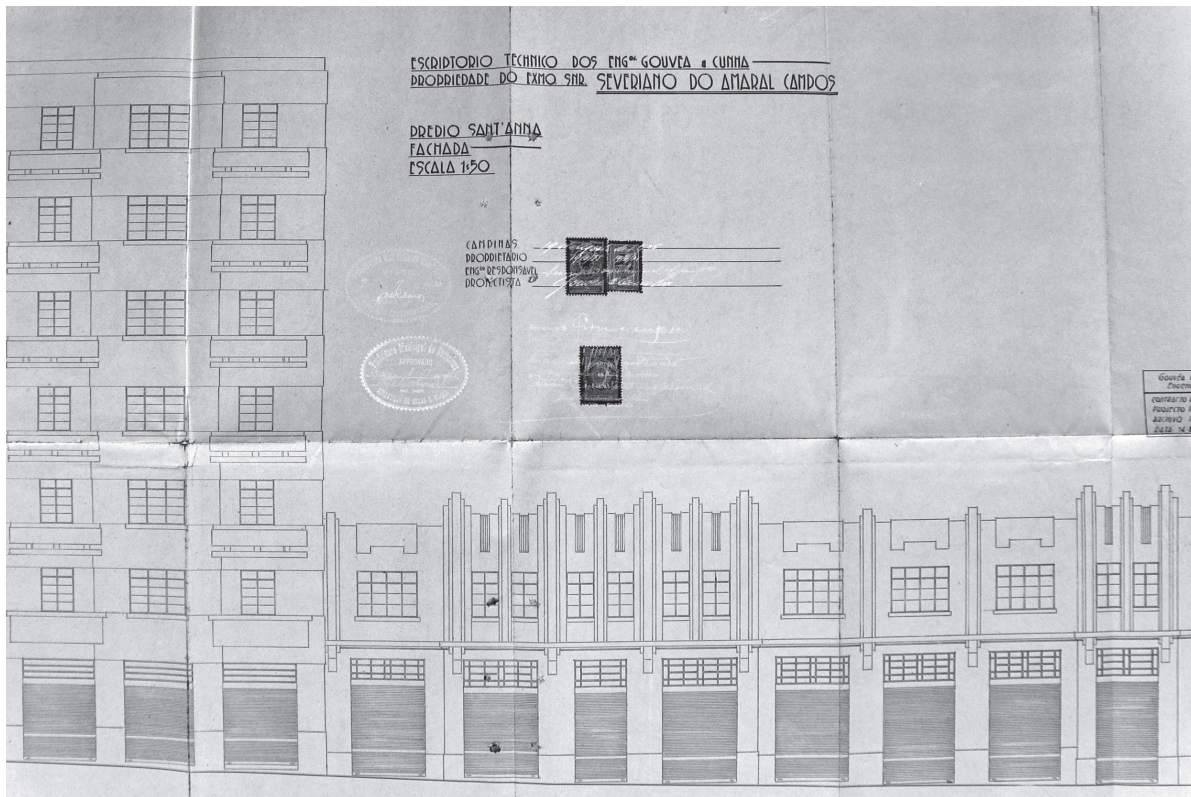


FIGURA 5 – Folha nº3 do projeto nº 182, de Gouvea & Cunha – elevação do edifício Santana, voltada para a rua César Bierrenbach.
Nota: Observe-se a diferença de linguagem estética da loja e sobreloja, existentes antes do projeto de Lix da Cunha, bem como a semelhança com a perspectiva de Segurado, na Figura 4.
Fonte: Arquivo Municipal de Campinas.

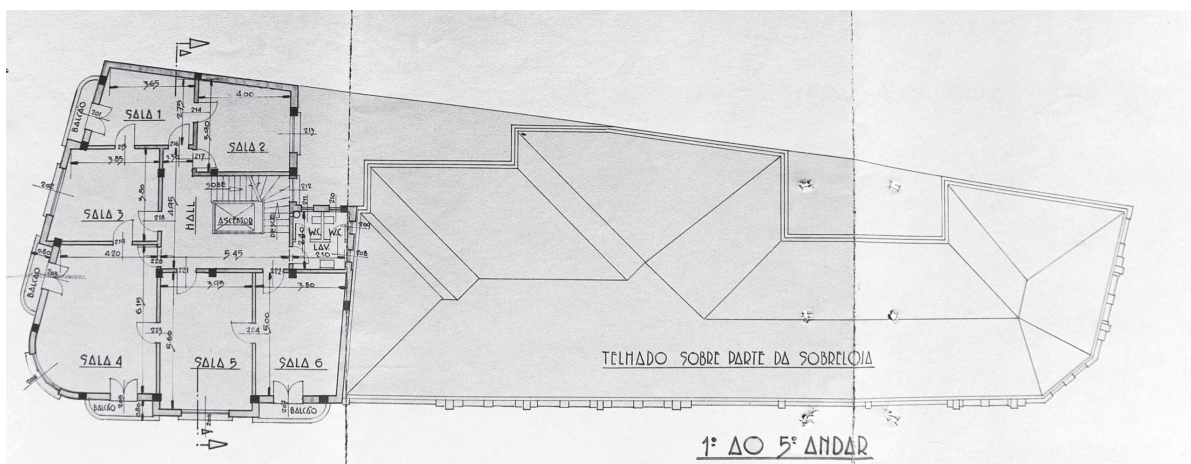


FIGURA 6 – Planta do pavimento-tipo, projeto nº182 de Gouvea & Cunha. Edifício Santana.
Fonte: Arquivo Municipal de Campinas.

Segundo o memorial descritivo apresentado à Prefeitura pelo escritório de engenharia Gouvêa & Cunha, o edifício seria construído de acordo com as seguintes especificações: estrutura de concreto armado (fundações, colunas, vigas e lajes); paredes de alvenaria de tijolos; revestimento externo: argamassa de cimento raspado; cobertura: estrutura de madeira, telhas de barros tipo francesa, calhas e condutores de ferro galvanizado nº 24; piso: tacos de madeira (*parquet paulista*) de peroba rosa nas salas comerciais; corredores e WCs: piso com ladrilhos tipo “ceramit”, paredes revestidas até altura de 1,50m de azulejos importados brancos; escadas: concreto armado revestido de mármore branco nacional, balaustrada de ferro, corrimão de madeira, soleiras de mármore branco nacional; portas internas: madeira cedro; porta de entrada: com vidros bisotados; fachada revestida de granito polido até a altura de 1,50m (granito artificial); elevador Atlas: lotação para nove passageiros (Figura 6).

Todos os cálculos do projeto estrutural acompanhavam o projeto arquitetônico, ambos desenvolvidos pelo engenheiro Lix da Cunha. Por conta desse projeto, Lix da Cunha recebeu, em 1968, o primeiro título honorífico de doutor em engenharia concedido a um estrangeiro pela instituição *Rose Polytechnic Institute*. Desde a fundação da instituição, em 1871, até esse momento, somente 32 ex-alunos tinham recebido títulos semelhantes.

Em síntese, o edifício Santana, construído pelo escritório técnico de engenharia Gouvêa & Cunha, sob encomenda do empresário Severiano do Amaral Campos, inaugurou o processo de modernização do espaço urbano de Campinas. Com um programa funcional exclusivamente comercial e adotando uma linguagem estética que valorizava o jogo volumétrico em detrimento da aplicação de elementos decorativos ornamentais, o edifício simbolizava um ideário de modernidade vinculado ao progresso industrial que se consolidava juntamente com a implantação do plano de urbanismo.

NOTAS

1. Texto apresentado no 9º Seminário Docomomo realizado em Brasília no período de 7 a 10 de junho de 2011.
2. “Registrou-se neste exercício a construção pelo engenheiro Lix da Cunha do 1º arranha-céu da cidade (edifício de concreto armado ainda com 8 pavimentos)” (Campinas, 1936; 1939b, p.53).
3. Mais dados sobre o edifício, como área construída (Homem, 1984, p.87).
4. Sobre o tema, vide Leonídio (2007, p.40).
5. As seis perguntas foram: 1. Como justifica a existência do arranha-céu? / 2. Acredita que o arranha-céu tende a se fixar nas grandes capitais? / 3. Julga o arranha-céu susceptível de receber novas manifestações arquitetônicas? / 4. Qual o processo de construção que convém ao arranha-céu? / 5. Em que estilo deve ser tratado o arranha-céu? / 6. Acha o arranha-céu compatível com o nosso ambiente? (Leonídio, 2007, p.40).
6. Lúcio Costa até a data da entrevista não havia sido nomeado para dirigir a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), o que só ocorreria em 1930. Sua produção arquitetônica era nesse momento vinculada ao movimento neocolonial. Sobre a primeira pergunta, assinalou que fatalmente todas as grandes cidades modernas teriam que aceitar esse partido de construção.
7. Angelo Brunhs presidiu o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) no biênio 1932-33. Foi responsável, juntamente com José Cortez, pelo projeto do Instituto da Educação, edificação neocolonial de 1928.

8. Joseph Gire foi responsável, juntamente com Elisiário da Cunha Bahiana, pelo projeto do edifício A Noite.
9. Cypriano de Lemos presidiu o IAB no biênio 1928-29.
10. Archimedes Memória possuía um dos escritórios mais importantes da capital. Foi professor da cátedra de Composição de Arquitetura, desde 1921, para as turmas do 4º, 5º e 6º ano do curso especial de Arquitetura. Foi nomeado para dirigir a ENBA após a curta gestão de Lúcio Costa, ex-aluno e estagiário de seu escritório em 1922.
11. Escritório de engenharia Hoche Néger Segurado, situado na rua Barreto Leme, 1049. Escritório Técnico de Engenharia Gouvêa & Cunha, situado na rua Gal. Osório, 981, em Campinas, e na rua Libero Badaró, 51, em São Paulo.
12. “Em matéria de urbanismo, para Anhaia Mello, o segredo não era a alma do negócio, mas, sim, a ampla publicidade, “porque ninguém tem mais direito de conhecer antecipadamente os detalhes do negócio do que o capitalista, que é o público” (Somekh, 1997, p.45).
13. Elevadores Atlas, em 1918, uma pequena oficina situada em São Paulo, no bairro Canindé, era responsável pela instalação e manutenção de elevadores importados. Em 1935, a pequena oficina se transformou em indústria, sendo criada a marca Atlas de elevadores. (www.atlas.schidler.com — acesso em 23 jun. 2010). Sobre elevadores em São Paulo, vide também Somekh (1997, p.73).

REFERÊNCIAS

- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. *Código de Construções*. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1935a.
- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Diretoria de Obras e Viação da *Protocolo nº 4.617 de 1 de agosto de 1935*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1935b.
- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Relatórios dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1934 apresentado ao Conselho Consultivo desta Cidade e ao Departamento de Administração Municipal pelo prefeito José Pires Neto. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1936.
- CAMPINAS a princesa D'Oeste do Estado de S.Paulo. *Correio Popular*, de 3 de setembro de 1939a. p.34
- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Relatórios dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1936 apresentado à Câmara Municipal desta cidade pelo prefeito João Alves dos Santos. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1939b.
- HOMEM, M.C.N. *O prédio Martinelli: a ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo*. São Paulo: Projeto, 1984.
- LEONÍDIO, O. *Carradas de razões: Lúcio Costa e a arquitetura moderna brasileira*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.
- MELLO, L.A. *Problemas de urbanismo: bases para a resolução do problema técnico*. São Paulo: Instituto de Engenharia de São Paulo, 1929.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. *Código de Obras Arthur Saboya*. São Paulo: Sociedade Técnica & Commercial Ltda, 1930.
- SERÁ installada hoje a Camara Municipal. *Correio Popular*, Campinas, 17 jul. 1936.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RESUMO

O artigo trata da construção do edifício modernista Santana, em 1936, situado em Campinas, estado de São Paulo. Contando com apenas seis pavimentos de altura, o edifício tornou-se um ícone de modernidade, sendo laureado publicamente com o título de primeiro arranha-céu da cidade. Sua construção inaugurou o processo de modernização do espaço urbano da cidade, que já vinha sendo delineado através da implantação de um plano de urbanismo elaborado a partir de 1934 com a contratação do urbanista Prestes Maia pela prefeitura do município. O edifício foi projetado e construído pelo engenheiro civil Lix da Cunha, responsável por um dos mais respei-

tados escritórios de engenharia da cidade. O edifício, de arquitetura asséptica e linguagem estética do *art déco*, projetado com um novo sistema construtivo de concreto armado e dedicado exclusivamente a uso comercial, estabeleceu um marco físico e simbólico no processo de transformações pelas quais a cidade passava. A cidade, que da segunda metade do século XIX até princípio do século XX fora importante centro econômico do país e responsável pela produção da maior parte do café exportado, superara os problemas econômicos advindos da crise de 1929 e as sucessivas oscilações do mercado do café, incentivando um processo de industrialização que alteraria por completo sua paisagem física. A imagem de progresso e modernidade que a cidade buscava transmitir estava indubitavelmente aliada à arquitetura do Santana. Ter como endereço comercial o edifício Santana denotava aos profissionais locatários ou proprietários *status* de modernidade.

PALAVRAS-CHAVES: Arquitetura modernista. Arranha-céu. *Art-déco*. Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas.

SANTANA, THE FIRST SKYSCRAPER IN CAMPINAS

ABSTRACT

This article discusses the construction of the modernist building called Santana, in 1936, located in Campinas, 100 km from São Paulo, Brazil. The six-story building became a modern icon, publicly heralded as the first skyscraper in the city. Its construction opened the modernization process in the city's urban space which had already started with the implementation of a plan drawn up by an urbanist, Prestes Maia, hired by the city hall, in 1934. The building was both designed and built by the civil engineer Lix da Cunha, who graduated in 1919 from Rose Polytechnic Institute of Terre-Haute, Indiana, USA and who was responsible for one of the most respectable engineering offices in town. The building, an example of clean architecture, without any ornaments, projected with a new concrete building system and dedicated exclusively to commercial use, established both a physical and a symbolic landmark in the transformation process which the city was undergoing. The city, which had been the main economic center of the country between the second half of the 19th century and beginning of the 20th, was the largest coffee exporter at the time, and having survived the 1929 crash, started the industrialization process which completely altered the physical appearance of the city. The image of progress as well as modernity, which the city was trying to transmit, was undoubtedly linked to the architecture of the Santana building. Having the building as a commercial address showed a status of modernity at the time.

KEYWORDS: *Modernist architecture. Skyscraper. Art-déco. Plano de Melhoramentos Urbanos of Campinas.*



Artes Plásticas – Mix: Periscópio, Arte Cidade II.